RESUMO
A inclusão escolar exige que o currículo atenda alunos com diferentes necessidades. Este estudo buscou entender como as adaptações curriculares favorecem a participação de estudantes com deficiência e quais desafios ainda existem. O trabalho teve como objetivo geral analisar adaptações de conteúdo, estratégias de ensino, avaliação e acesso, mapeando lacunas que afetam o Ensino Médio e tipos de deficiência menos investigados. O método adotado foi uma revisão bibliográfica qualitativa. Os resultados mostram maior ênfase em estudos sobre Transtorno do Espectro Autista e deficiência intelectual, concentrados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Fundamental. Observou-se avanço em práticas de adaptação, sobretudo quando há planejamento coletivo e uso de tecnologias assistivas. Persistem, porém, escassez de pesquisas sobre avaliação inclusiva no Ensino Médio, formação docente prática e monitoramento dos impactos socioemocionais. Conclui-se que adaptações curriculares bem estruturadas ampliam o aprendizado de todos, mas dependem de formação docente contínua, apoio da gestão escolar e políticas que cubram todo o ciclo educativo. Futuras investigações devem enfocar etapas e deficiências menos estudadas para fortalecer a efetividade das ações inclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação Curricular; Inclusão Escolar; Formação Docente.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema de grande importância no contexto escolar atual, pois está relacionada ao direito de todos os estudantes aprenderem e participarem da vida escolar com respeito, igualdade e dignidade. Nesse sentido, a escola regular deve ser um espaço preparado para receber alunos com diferentes características, ritmos de aprendizagem, formas de comunicação e necessidades educacionais. Entre esses estudantes, estão os alunos com deficiência, que muitas vezes precisam de apoio pedagógico, recursos acessíveis e adaptações no currículo para que possam acompanhar as atividades escolares de maneira significativa.

A inclusão escolar não se limita à presença do aluno com deficiência na sala de aula. Para que ela aconteça de forma real, é necessário que a escola ofereça condições para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento. Isso envolve planejamento pedagógico, formação dos professores, acessibilidade, uso de recursos didáticos adequados, apoio da gestão escolar e diálogo com a família. Nesse processo, a adaptação curricular aparece como uma estratégia essencial, pois permite que os conteúdos, as atividades, as metodologias e as formas de avaliação sejam ajustadas conforme as necessidades de cada estudante, sem retirar dele o direito de aprender.

A relevância deste estudo está no fato de que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para adaptar o currículo e atender alunos com deficiência no ensino regular. Em diversas situações, a falta de formação específica, a ausência de materiais adequados, as turmas numerosas e a pouca orientação pedagógica tornam o processo de inclusão mais difícil. Por isso, discutir a adaptação curricular é importante para compreender como a escola pode tornar o ensino mais acessível, respeitando as limitações dos alunos, mas também valorizando suas capacidades e possibilidades de aprendizagem.

Diante desse contexto, o problema que orienta este trabalho é: como a adaptação curricular pode contribuir para a inclusão e a aprendizagem de alunos com deficiência na escola regular? Essa questão busca compreender de que maneira as práticas pedagógicas adaptadas podem favorecer a participação dos estudantes com deficiência, garantindo que eles não sejam apenas inseridos no ambiente escolar, mas realmente incluídos no processo educativo.

O objetivo geral é analisar a importância da adaptação curricular no processo de inclusão e aprendizagem de alunos com deficiência na escola regular. Como objetivos específicos, busca-se compreender o conceito de educação inclusiva,

identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na adaptação do currículo, discutir estratégias pedagógicas que favorecem a aprendizagem dos alunos com deficiência e refletir sobre o papel da escola na construção de práticas mais inclusivas.

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, documentos educacionais e estudos relacionados à educação inclusiva, adaptação curricular e alunos com deficiência. Esse tipo de pesquisa permite reunir contribuições de diferentes autores sobre o tema, favorecendo uma compreensão mais ampla sobre os desafios e as possibilidades da inclusão escolar. Assim, o estudo pretende contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais acessíveis, humanas e comprometidas com o direito de todos à educação.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ADAPTAÇÃO CURRICULAR: FUNDAMENTOS PARA A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A educação inclusiva representa uma mudança importante na forma de compreender a escola, o ensino e o próprio estudante. Durante muito tempo, os alunos com deficiência foram vistos a partir de suas limitações, como se a dificuldade estivesse apenas neles. Com o avanço das discussões sobre inclusão, esse olhar começou a ser modificado. A escola passou a ser chamada a reconhecer que os estudantes aprendem de formas diferentes e que o ensino precisa ser organizado para atender essa diversidade. Assim, incluir não significa apenas permitir que o aluno esteja matriculado na escola regular, mas garantir que ele participe, aprenda, conviva e tenha suas potencialidades valorizadas.

Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser entendida como um processo contínuo, que exige mudanças nas práticas pedagógicas, na organização da escola e na maneira como o currículo é trabalhado. A UNESCO (2020) destaca que a inclusão em educação envolve todos os estudantes que podem ser excluídos por suas condições sociais, culturais, econômicas ou por suas habilidades, chamando atenção para desafios como falta de apoio aos professores, infraestrutura inadequada e políticas pouco articuladas.

Quando se fala em alunos com deficiência, é necessário compreender que cada estudante apresenta necessidades próprias. Dois alunos com o mesmo diagnóstico podem aprender de formas diferentes, pois cada pessoa possui história, ritmo, experiências e formas próprias de se relacionar com o conhecimento. Por isso, a escola não pode trabalhar com um modelo único de ensino. O planejamento pedagógico precisa considerar as características da turma e, ao mesmo tempo, olhar com atenção para as necessidades individuais de cada aluno.

A Base Nacional Comum Curricular apresenta as aprendizagens essenciais que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica. Esse documento orienta os currículos das escolas brasileiras e reforça a importância da formação integral dos estudantes (BRASIL, 2018). Porém, para que essas aprendizagens cheguem aos alunos com deficiência, não basta seguir o currículo de forma rígida. É preciso pensar em caminhos pedagógicos acessíveis, com estratégias que permitam a participação real desses estudantes nas atividades escolares.

A adaptação curricular surge, nesse contexto, como uma forma de aproximar o conteúdo escolar das condições reais de aprendizagem do aluno. Ela não deve ser compreendida como simplificação exagerada ou retirada de conteúdos importantes, mas como ajuste necessário para que o estudante consiga acessar o conhecimento. Isso pode envolver mudanças na forma de apresentar o conteúdo, no tempo dado para realizar uma atividade, nos recursos utilizados, na linguagem empregada, na organização da sala e nos instrumentos de avaliação.

As adaptações curriculares podem acontecer em diferentes níveis. Algumas são simples, como ampliar o tempo de uma atividade, usar imagens, materiais concretos, jogos, vídeos, leitura mediada ou explicações mais objetivas. Outras exigem planejamento mais específico, principalmente quando o aluno apresenta maiores barreiras de comunicação, mobilidade, atenção ou compreensão. O mais importante é que a adaptação seja feita com intencionalidade pedagógica, ou seja, com objetivo claro de favorecer a aprendizagem e não apenas ocupar o aluno com uma atividade diferente.

Pletsch, Souza e Orleans (2017) defen-

dem que a diferenciação curricular e o Desenho Universal para a Aprendizagem contribuem para a inclusão escolar, pois ajudam a pensar estratégias que ampliam o acesso dos alunos ao currículo. Nessa perspectiva, o professor deve buscar diferentes formas de ensinar, permitindo que os estudantes tenham variadas possibilidades de compreender, participar e demonstrar o que aprenderam.

A adaptação curricular também está relacionada ao combate de práticas excludentes dentro da própria sala de aula. Em alguns casos, o aluno com deficiência está presente fisicamente, mas não participa das mesmas experiências educativas dos demais colegas. Ele pode receber atividades desconectadas do conteúdo trabalhado pela turma ou permanecer isolado, sem interação significativa. Essa situação mostra que a matrícula, sozinha, não garante inclusão. A inclusão acontece quando o aluno é considerado parte do grupo e participa das propostas escolares de acordo com suas possibilidades.

Outro ponto importante é que a adaptação curricular não deve ser responsabilidade apenas do professor da sala regular. A construção de uma prática inclusiva depende da participação da equipe pedagógica, da gestão escolar, do Atendimento Educacional Especializado, da família e, quando necessário, de outros profissionais que acompanham o estudante. O trabalho em conjunto permite compreender melhor as necessidades do aluno e organizar estratégias mais adequadas para seu desenvolvimento.

Lima e Pletsch (2018) apontam que o envolvimento dos alunos com deficiência intelectual nas atividades escolares está diretamente ligado às mediações pedagógicas oferecidas a eles. Isso mostra que a aprendizagem não depende apenas das condições individuais do estudante, mas também da qualidade das intervenções realizadas pelo professor e pela escola.

A mediação pedagógica é fundamental porque ajuda o aluno a avançar em seu processo de aprendizagem. O professor atua como alguém que observa, orienta, incentiva, organiza desafios possíveis e oferece apoio quando necessário. Em uma sala inclusiva, ensinar exige sensibilidade para perceber quando o aluno precisa de ajuda, quando consegue avançar sozinho e quais recursos podem facilitar sua compreensão. Dessa forma, a prática docente precisa ser flexível, planejada e aberta a mudanças.

A avaliação também precisa ser pensada dentro da lógica da inclusão. Avaliar um aluno com deficiência não significa cobrar dele exatamente o mesmo desempenho dos demais, da mesma forma e no mesmo tempo. A avaliação deve considerar seu progresso, sua participação, seu esforço, suas habilidades desenvolvidas e os objetivos definidos para sua aprendizagem. Isso não significa diminuir a qualidade do ensino, mas reconhecer que a aprendizagem pode se manifestar de diferentes maneiras.

Magalhães e Soares (2016) destacam que o currículo escolar ainda pode apresentar padrões homogeneizantes, ou seja, formas de organização que tratam todos os alunos como se aprendessem do mesmo modo. As autoras também apontam a necessidade de espaços de formação docente dentro da escola, para que os professores possam refletir sobre inclusão e deficiência a partir da realidade vivida no cotidiano escolar.

Dessa forma, a adaptação curricular deve ser vista como uma prática pedagógica essencial para garantir o direito de aprendizagem dos alunos com deficiência. Ela permite que o currículo se torne mais acessível, sem perder sua função formativa. Ao adaptar atividades, recursos, metodologias e avaliações, a escola demonstra que reconhece as diferenças e que está comprometida com a aprendizagem de todos. Portanto, a inclusão escolar depende de uma mudança de postura, em que o foco deixa de ser a limitação do aluno e passa a ser a construção de condições reais para sua participação e desenvolvimento.

Oliveira e Delou (2023) explicam que as práticas curriculares voltadas à inclusão envolvem discussões sobre adaptação curricular, acessibilidade curricular e terminalidade específica. As autoras apontam que essas práticas precisam ser bem compreendidas para não serem aplicadas de maneira equivocada, pois a intenção da inclusão deve ser ampliar o acesso ao conhecimento, e não criar novas formas de exclusão.

Portanto, a educação inclusiva e a adaptação curricular estão diretamente ligadas. A primeira afirma o direito de todos

à educação, enquanto a segunda apresenta caminhos para que esse direito se concretize na prática pedagógica. Quando a escola adapta o currículo de forma planejada, respeitosa e comprometida, ela amplia as possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência e contribui para uma educação mais justa, participativa e humana.

OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A adaptação curricular é uma prática necessária para que a educação inclusiva aconteça de forma concreta na escola regular. Embora o direito à inclusão esteja previsto em leis e documentos educacionais, o cotidiano escolar mostra que transformar esse direito em aprendizagem real ainda é um grande desafio. Muitos alunos com deficiência estão matriculados em salas comuns, participam da rotina escolar e convivem com outros estudantes, mas nem sempre recebem as condições adequadas para aprender de maneira significativa.

Um dos primeiros desafios está na compreensão do que significa adaptar o currículo. Em algumas situações, a adaptação é confundida com a simples redução de conteúdo ou com a entrega de atividades muito fáceis e separadas da proposta da turma. Quando isso acontece, o aluno pode até estar presente na sala, mas não participa verdadeiramente do processo de aprendizagem. A adaptação curricular precisa ser entendida como uma forma de acesso ao conhecimento, e não como uma maneira de afastar o estudante dos conteúdos trabalhados.

A dificuldade de adaptação também aparece quando o professor precisa atender uma turma inteira e, ao mesmo tempo, considerar as necessidades específicas de um ou mais alunos com deficiência. A sala de aula é formada por estudantes diferentes, com ritmos, interesses, comportamentos e formas próprias de aprender. Por isso, o planejamento pedagógico não pode ser pensado de forma única e rígida. O professor precisa organizar estratégias variadas, oferecer diferentes formas de explicação e permitir que o aluno demonstre sua aprendizagem de modos diversos.

Magalhães e Soares (2016) explicam que o currículo escolar ainda pode apresentar práticas que tratam os alunos de forma padronizada, como se todos aprendessem do mesmo jeito. Essa visão dificulta a inclusão, pois desconsidera as diferenças existentes na sala de aula e mantém barreiras para os estudantes com deficiência. Por essa razão, é necessário repensar o currículo como um instrumento mais flexível, capaz de acolher diferentes formas de participação e aprendizagem.

Outro desafio importante é a formação docente. Muitos professores relatam insegurança para adaptar atividades, avaliar alunos com deficiência e escolher recursos adequados. Essa insegurança não significa falta de compromisso profissional, mas revela que a formação inicial nem sempre prepara o educador para lidar com a diversidade presente na escola. A inclusão exige conhecimento pedagógico, sensibilidade, planejamento e apoio institucional. Sem formação continuada, o professor pode se sentir sozinho diante das demandas da sala de aula.

A formação continuada contribui para que o professor reflita sobre sua prática e encontre caminhos mais adequados para ensinar. Onohara (2024), ao estudar a adaptação curricular para estudantes com deficiência intelectual, aponta que as adaptações são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando articuladas à formação continuada e ao trabalho colaborativo com o Atendimento Educacional Especializado.

A falta de recursos pedagógicos também interfere na adaptação curricular. Muitos alunos precisam de materiais concretos, imagens, jogos, tecnologias assistivas, letras ampliadas, comunicação alternativa, apoio visual, mobiliário adequado ou outros instrumentos que facilitem sua participação. Quando a escola não possui esses recursos, o professor precisa improvisar, o que pode limitar a qualidade das atividades. Mesmo assim, é importante destacar que a inclusão não depende apenas de materiais sofisticados. Em muitos casos, pequenas mudanças na linguagem, no tempo da atividade, na organização da sala e na forma de explicar o conteúdo já fazem diferença.

Outro obstáculo está relacionado ao tempo de planejamento. Adaptar o currículo exige observação, estudo, registro

e acompanhamento do desenvolvimento do aluno. O professor precisa identificar o que o estudante já consegue fazer, quais barreiras dificultam sua aprendizagem e quais estratégias podem ajudá-lo a avançar. Esse processo demanda tempo e apoio da equipe escolar. Quando o professor não tem momentos de planejamento coletivo, a adaptação tende a acontecer de forma isolada e menos organizada.

A atuação da gestão escolar também é decisiva nesse processo. Uma escola inclusiva não pode transferir toda a responsabilidade para o professor da sala regular. A direção, a coordenação pedagógica, o Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais precisam atuar em conjunto. A adaptação curricular deve fazer parte do planejamento escolar, das reuniões pedagógicas, das avaliações e das decisões da equipe. Quando existe apoio da gestão, o professor encontra mais segurança para desenvolver práticas inclusivas.

O trabalho em parceria com o Atendimento Educacional Especializado é outro ponto essencial. O AEE não substitui o ensino da sala comum, mas complementa o processo educativo, oferecendo recursos e orientações que favorecem a participação do aluno. Quando o professor da sala regular e o profissional do AEE dialogam, torna-se mais fácil pensar em atividades adaptadas, recursos acessíveis e formas de acompanhar o progresso do estudante. Quando esse diálogo não acontece, o atendimento pode ficar fragmentado e pouco ligado às necessidades reais da sala de aula.

A avaliação também representa um desafio. Em muitos casos, a escola ainda utiliza instrumentos avaliativos iguais para todos, sem considerar as condições específicas dos alunos com deficiência. Uma avaliação inclusiva deve observar o progresso do estudante, sua participação, suas conquistas e os objetivos definidos para sua aprendizagem. Isso não significa aprovar sem critério ou diminuir a importância do conteúdo, mas avaliar de maneira coerente com o percurso do aluno.

Maia e Freire (2020) discutem a diferenciação pedagógica como uma abordagem importante para favorecer a participação e o sucesso de todos os alunos. Essa perspectiva ajuda a compreender que o professor pode organizar diferentes estratégias para a mesma turma, respeitando ritmos e formas distintas de aprender. Assim, a adaptação curricular deixa de ser vista como algo separado e passa a fazer parte de uma prática pedagógica mais inclusiva.

Também existem barreiras relacionadas às atitudes e expectativas da comunidade escolar. Quando o aluno com deficiência é visto apenas por suas limitações, suas possibilidades de aprendizagem são reduzidas. Essa visão pode levar a práticas pobres, repetitivas e sem desafio. A inclusão exige que o professor reconheça as dificuldades do estudante, mas também acredite em sua capacidade de aprender. O olhar pedagógico precisa valorizar o que o aluno consegue fazer e criar condições para que ele avance.

Oliveira e Delou (2023) destacam que as práticas curriculares inclusivas precisam ser bem compreendidas, pois adaptações mal aplicadas podem produzir novas formas de exclusão. As autoras apontam que é necessário esclarecer melhor os conceitos ligados à adaptação, acessibilidade curricular e terminalidade específica, para que a escola não transforme uma estratégia de inclusão em uma prática que limita o acesso ao conhecimento.

Dessa forma, os desafios da adaptação curricular envolvem diversos fatores: formação docente, recursos pedagógicos, tempo de planejamento, apoio da gestão, articulação com o AEE, avaliação adequada e mudança de postura diante da deficiência. Esses aspectos mostram que a inclusão não depende apenas da boa vontade do professor. Ela exige compromisso coletivo, organização escolar e políticas educacionais que ofereçam melhores condições de trabalho e aprendizagem.

Portanto, adaptar o currículo é uma tarefa complexa, mas necessária para garantir o direito dos alunos com deficiência à educação. Quando a escola compreende que cada estudante aprende de uma forma, ela passa a organizar práticas mais acessíveis, flexíveis e humanas. Assim, a adaptação curricular deixa de ser uma ação isolada e se torna parte de uma proposta pedagógica comprometida com a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A ADAPTAÇÃO CURRICULAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A adaptação curricular deve ser compreendida como uma prática pedagógica planejada, feita para garantir que o aluno com deficiência tenha acesso ao conteúdo escolar e participe das atividades junto com a turma. Para isso, o professor precisa conhecer o estudante, observar suas necessidades, identificar suas potencialidades e pensar em formas diferentes de ensinar. A inclusão não acontece quando todos fazem exatamente a mesma atividade da mesma maneira, mas quando todos têm oportunidade de aprender a partir de suas condições reais.

Uma das primeiras estratégias para adaptar o currículo é realizar uma observação cuidadosa do aluno. Antes de modificar uma atividade, o professor precisa compreender como esse estudante se comunica, como interage com os colegas, quais recursos facilitam sua aprendizagem, quais situações geram dificuldade e quais habilidades já foram desenvolvidas. Essa observação ajuda a evitar adaptações feitas de forma aleatória e permite que o planejamento seja mais adequado.

O planejamento pedagógico precisa ser flexível. Isso significa que o professor pode trabalhar o mesmo conteúdo com diferentes formas de explicação, diferentes recursos e diferentes níveis de apoio. Um aluno pode compreender melhor por meio de imagens, outro por meio de materiais concretos, outro por meio de vídeos, leitura mediada, jogos ou atividades práticas. O importante é que a adaptação mantenha relação com o conteúdo trabalhado pela turma, para que o aluno com deficiência não fique isolado em tarefas sem ligação com a aula.

A Base Nacional Comum Curricular orienta as aprendizagens essenciais da Educação Básica e reforça a formação integral dos estudantes (BRASIL, 2018). Nesse sentido, a adaptação curricular não deve ser vista como afastamento do currículo, mas como uma forma de tornar essas aprendizagens mais acessíveis. O professor pode reorganizar atividades, mudar a linguagem, ampliar o tempo de realização, usar recursos visuais, propor atividades em grupo e diversificar os instrumentos de avaliação.

Uma estratégia importante é o uso de recursos visuais. Cartazes, imagens, figuras, esquemas, calendários, rotinas ilustradas e mapas conceituais podem ajudar alunos com deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista, deficiência auditiva ou dificuldades de compreensão. Esses recursos tornam a informação mais clara e ajudam o estudante a acompanhar a sequência das atividades. Em muitos casos, o apoio visual reduz a ansiedade, melhora a organização e favorece a autonomia do aluno.

Os materiais concretos também são muito importantes, principalmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Blocos, letras móveis, objetos do cotidiano, jogos de encaixe, material dourado, figuras, cartões e brinquedos pedagógicos permitem que o aluno aprenda por meio da manipulação e da experiência. Quando o estudante toca, monta, compara, organiza e experimenta, o conteúdo se torna mais próximo de sua realidade.

O Desenho Universal para a Aprendizagem também contribui para a construção de práticas mais inclusivas. Pletsch, Souza e Orleans (2017) explicam que a diferenciação curricular e o Desenho Universal para a Aprendizagem ajudam a pensar o ensino a partir da diversidade dos estudantes. Essa perspectiva valoriza diferentes formas de apresentar o conteúdo, diferentes maneiras de participação e diferentes formas de o aluno demonstrar o que aprendeu.

Na prática, isso significa que o professor pode apresentar o conteúdo por meio de explicação oral, imagem, vídeo, música, história, atividade prática ou recurso digital. Também pode permitir que o aluno responda por fala, desenho, colagem, apontamento, dramatização, produção escrita, atividade oral ou uso de tecnologia assistiva. Essa variedade não beneficia apenas os alunos com deficiência. Ela melhora a aprendizagem de toda a turma, pois reconhece que os estudantes possuem diferentes formas de compreender e expressar conhecimentos.

Sebastián-Heredero (2020) destaca que o Desenho Universal para a Aprendizagem propõe diretrizes voltadas à organização de ambientes e práticas que ampliem o acesso dos estudantes à aprendizagem. Essa ideia ajuda o professor a pensar a aula antes que as dificuldades apare-

çam, planejando atividades mais abertas, acessíveis e participativas desde o início.
Outra estratégia relevante é a diferenciação pedagógica. Diferenciar não significa separar o aluno com deficiência dos demais, mas oferecer caminhos variados para que ele participe da aula. Em uma atividade de leitura, por exemplo, alguns alunos podem ler o texto completo, outros podem trabalhar com trechos menores, imagens relacionadas ou leitura mediada pelo professor. Em uma atividade de matemática, alguns podem resolver cálculos escritos, enquanto outros podem usar material concreto, desenhos ou situações do cotidiano.
A adaptação da linguagem também é necessária. Muitos alunos compreendem melhor quando o professor utiliza frases mais diretas, exemplos simples e explicações organizadas em etapas. O uso de comandos curtos, repetição orientada e demonstração prática pode facilitar a compreensão da tarefa. Isso não significa empobrecer o conteúdo, mas tornar a explicação mais acessível ao estudante.
As atividades em grupo também podem favorecer a inclusão, desde que sejam bem planejadas. O trabalho coletivo permite interação, cooperação e troca entre os alunos. Porém, o professor precisa organizar os grupos com cuidado, orientar os colegas e garantir que o aluno com deficiência tenha uma função real na atividade. A participação não deve ser apenas simbólica. O estudante precisa contribuir de alguma forma, mesmo que com apoio.
A tecnologia assistiva pode ser usada como recurso para ampliar a comunicação, a mobilidade, a escrita, a leitura e a participação do aluno. Pranchas de comunicação, aplicativos educativos, leitores de tela, teclado adaptado, letras ampliadas, softwares de leitura, audiolivros e recursos digitais podem favorecer o acesso ao currículo. Zerbato e Mendes (2021) indicam que o Desenho Universal para a Aprendizagem na formação docente contribui para que os professores identifiquem barreiras e pensem em práticas mais acessíveis.
A adaptação curricular também deve considerar o tempo de aprendizagem. Nem todos os alunos conseguem realizar uma atividade no mesmo ritmo. Alguns precisam de mais tempo para compreender a proposta, organizar a resposta ou concluir uma tarefa. Ampliar o tempo, dividir a atividade em etapas e oferecer pausas pode ajudar o estudante a participar com mais segurança. Essa organização evita que o aluno seja avaliado apenas pela rapidez e permite observar melhor seu desenvolvimento.
A avaliação adaptada é outra estratégia indispensável. O professor pode utilizar diferentes instrumentos, como observação, atividades práticas, registros, produções orais, desenhos, portfólios, participação em grupo e atividades com apoio. A avaliação deve considerar os avanços do aluno, seus esforços, sua participação e os objetivos estabelecidos para sua aprendizagem. Avaliar de forma inclusiva não significa facilitar sem critério, mas reconhecer que o estudante pode demonstrar conhecimento de maneiras diferentes.
O trabalho conjunto com o Atendimento Educacional Especializado fortalece a adaptação curricular. O professor da sala regular conhece a dinâmica da turma e os conteúdos trabalhados, enquanto o profissional do AEE pode contribuir com recursos, orientações e estratégias específicas. Quando há diálogo entre esses profissionais, as adaptações tendem a ser mais coerentes com as necessidades do aluno e com os objetivos pedagógicos da escola.
A família também pode contribuir com informações importantes. Muitas vezes, os responsáveis conhecem formas de comunicação, interesses, dificuldades e habilidades do aluno que podem ajudar no planejamento das atividades. A parceria entre escola e família favorece o acompanhamento do desenvolvimento do estudante e permite que as estratégias sejam mais próximas de sua realidade.
Oliveira e Delou (2023) chamam atenção para a necessidade de compreender bem os conceitos ligados às práticas curriculares inclusivas, como adaptação curricular, acessibilidade curricular e terminalidade específica. Essa discussão é importante porque adaptações mal planejadas podem limitar o acesso ao conhecimento, enquanto adaptações bem organizadas ampliam a participação e a aprendizagem do aluno com deficiência.
Portanto, as estratégias pedagógicas para adaptação curricular envolvem planejamento, observação, flexibilidade, uso de recursos variados, avaliação adequa-

da, trabalho coletivo e respeito ao ritmo do aluno. A adaptação não deve ser vista como uma ação separada da prática docente, mas como parte do compromisso da escola com a aprendizagem de todos. Quando o professor organiza diferentes formas de ensinar e avaliar, ele torna o currículo mais acessível e contribui para uma inclusão mais verdadeira.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental e representa um compromisso da escola com a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes. Assim, foi possível compreender que a inclusão de alunos com deficiência não se limita à matrícula na escola regular, pois exige condições reais para que esses alunos participem das atividades, interajam com os colegas e tenham acesso ao conhecimento de forma significativa.

A adaptação curricular mostrou-se uma estratégia essencial para tornar o ensino mais acessível. Ela permite que conteúdos, atividades, metodologias, recursos e avaliações sejam organizados de acordo com as necessidades dos estudantes, sem retirar deles o direito de aprender. Dessa forma, adaptar o currículo não significa diminuir a qualidade do ensino, mas criar caminhos pedagógicos para que cada aluno avance conforme suas possibilidades.

Também foi possível perceber que os professores enfrentam muitos desafios nesse processo. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica, a ausência de recursos pedagógicos, o pouco tempo para planejamento, as turmas numerosas e a necessidade de maior apoio da equipe escolar. Esses fatores mostram que a inclusão não deve ser responsabilidade apenas do professor da sala regular, mas de toda a comunidade escolar.

As estratégias pedagógicas inclusivas, como o uso de materiais concretos, recursos visuais, tecnologia assistiva, atividades em grupo, avaliação adaptada e planejamento flexível, contribuem para que o aluno com deficiência participe com mais autonomia e segurança. Quando essas práticas são bem planejadas, elas favorecem não apenas o estudante com deficiência, mas toda a turma, pois tornam o ensino mais dinâmico, acolhedor e adequado às diferentes formas de aprender.

Conclui-se que a adaptação curricular é indispensável para a efetivação da educação inclusiva. Para que esse processo aconteça de maneira adequada, é necessário investir na formação continuada dos professores, fortalecer o Atendimento Educacional Especializado, ampliar o diálogo com as famílias e garantir o apoio da gestão escolar. Assim, a escola poderá se tornar um espaço mais justo, acessível e comprometido com o direito de todos à aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 22 maio 2026.

LIMA, Marcela Francis Costa; PLETSCH, Márcia Denise. A escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Revista on Line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 872-889, 2018.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Márcia Torres Neri. Currículo escolar e deficiência: contribuições a partir da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 46, n. 162, p. 1124-1147, 2016.

MAIA, Vítor Ochoa; FREIRE, Sofia. A diferenciação pedagógica no contexto da educação inclusiva. Revista Exitus, Santarém, v. 10, p. 1-29, 2020.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de; DELOU, Cristina Maria Carvalho. Práticas curriculares no âmbito da educação inclusiva: acessibilidade curricular, adaptação curricular e terminalidade específica. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, p. 1-26, 2023.

ONOHARA, Juliana Vasques. Formação de professores: adaptação curricular da leitura e escrita para estudantes com deficiência intelectual. 2024. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princí-

pios para a inclusão escolar. Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 35, p. 264-281, 2017.
SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 26, n. 4, p. 733-768, 2020.
UNESCO. Global Education Monitoring Report 2020: inclusion and education: all means all. Paris: UNESCO, 2020.
ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 47, p. 1-19, 2021.